



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VANESSA VITÓRIA CAMPOS COSTA

**CORSÁRIOS INGLESES CONTRA O PORTO DE PERNAMBUCO: UM
CAPÍTULO DA GUERRA ANGLO-ESPAÑHOLA NA AMÉRICA
PORTUGUESA (1585-1595)**

RECIFE

2025

VANESSA VITÓRIA CAMPOS COSTA

**CORSÁRIOS INGLESES CONTRA O PORTO DE PERNAMBUCO: UM
CAPÍTULO DA GUERRA ANGLO-ESPAÑHOLA NA AMÉRICA
PORTUGUESA (1585-1595)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para aprovação na disciplina TCC II e para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes

RECIFE

2025

VANESSA VITÓRIA CAMPOS COSTA

**CORSÁRIOS INGLESES CONTRA O PORTO DE PERNAMBUCO: UM
CAPÍTULO DA GUERRA ANGLO-ESPANHOLA NA AMÉRICA
PORTUGUESA (1585-1595)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para aprovação na disciplina TCC II e para a obtenção do título de Licenciada em História.

Recife, 19 de dezembro de 2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes (Orientador)

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Dra. Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira (Examinador Externo)

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por trilhar os meus caminhos junto à educação, como também por ter me apresentado a pessoas ímpares, de suma importância ao longo da minha trajetória discente.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Léa e Djalma, por sempre apoiarem os meus estudos. Desde as palavras de incentivo proferidas no decorrer do curso até as caronas para a universidade, vocês foram a minha principal rede de apoio e formam a base de tudo que eu sou.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes, pelos ensinamentos na disciplina de Brasil Colonial e pelo acolhimento e apoio para a materialização da ideia desta pesquisa, desenvolvida no decorrer de doze meses no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Aos avaliadores do presente trabalho, Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva e Dra. Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira, pelos sábios apontamentos que estimularam o amadurecimento das minhas pesquisas.

Aos docentes do Departamento de História, pelo comprometimento com a educação pública de qualidade, fomentando em todos os estudantes uma visão crítica e reflexiva sobre a nossa ciência.

Aos amigos que esta graduação me presenteou, obrigada por tornarem essa jornada mais leve.

SUMÁRIO

1	Introdução	6
2	A guerra de corso como instrumento de poder da Coroa inglesa.....	9
3	O porto desejado: entre a capitania e o Atlântico	14
4	A ofensiva como uma manifestação da Guerra Anglo-Espanhola na capitania de Pernambuco	19
5	Considerações finais	24
	Referências	25
	ANEXO – Revista Utilizada como Modelo de Submissão	28

CORSÁRIOS INGLESES CONTRA O PORTO DE PERNAMBUCO: UM CAPÍTULO DA GUERRA ANGLO-ESPAÑHOLA NA AMÉRICA PORTUGUESA (1585-1595)

Vanessa Vitória Campos Costa¹

Resumo: O presente artigo analisa um ataque corsário inglês ao Porto de Pernambuco em 1595, comandado pelo almirante inglês James Lancaster, com o intuito de compreendê-lo enquanto uma manifestação da Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604) na América portuguesa. O objetivo geral desse estudo consiste em examinar a ofensiva como parte de um conflito global, utilizando a metodologia da História Comparada para articular esse evento local com a estrutura mais ampla da guerra de corso fomentada pela Coroa inglesa. As fontes históricas principais deste trabalho são os relatos de viagem ingleses editados por Richard Hakluyt. Os resultados demonstram que a incursão visava saquear produtos importantes para o cenário da economia atlântica, trazendo para a capitania de Pernambuco o conflito anglo-espanhol. Dessa forma, o estudo argumenta que a ofensiva inglesa não foi um ato de pirataria isolado, mas um capítulo integrado à rivalidade entre impérios coloniais pelo Atlântico.

Palavras-chave: Corsários ingleses; James Lancaster; Guerra Anglo-Espanhola.

ENGLISH PRIVATEERS AGAINST THE PORT OF PERNAMBUCO: A CHAPTER OF THE ANGLO-SPANISH WAR IN PORTUGUESE AMERICA (1585-1595)

Abstract: This article analyzes an English privateering attack on the Port of Pernambuco in 1595, led by Admiral James Lancaster, aiming to understand it as a manifestation of the Anglo-Spanish War (1585-1604) in Portuguese America. The main objective of this study is to examine the offensive as part of a global conflict, employing the methodology of Comparative History to articulate this local event with the broader structure of privateering warfare fostered by the English Crown. The primary historical sources for this work are the English travel accounts edited by Richard Hakluyt. The results demonstrate that the incursion aimed to plunder commodities vital to the colonial economy, thereby extending the Anglo-Spanish conflict to the captaincy of Pernambuco. Therefore, the study argues that the English offensive was not an isolated act of piracy, but rather a chapter integrated into the rivalry between colonial empires for control of the Atlantic.

Keywords: English privateers; James Lancaster; Anglo-Spanish War.

1 Introdução

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8497815574642277>. E-mail: vanessacosta1209@gmail.com.

A presença de ingleses na costa da América portuguesa remonta aos primórdios da colonização lusitana, marcada por práticas de comércio e corso que se intensificaram sob o domínio de Elizabeth I (1558-1603), conforme assinala Maria Fernanda Bicalho (2003). Partindo desse contexto, este estudo elege como objeto de pesquisa a ofensiva contra o Porto de Pernambuco comandada pelo almirante inglês James Lancaster em 1595. A pesquisa situa-se no recorte temático da atuação dos corsários ingleses na Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604), um conflito político motivado, entre outros fatores, pela contestação inglesa do monopólio ibérico no Novo Mundo (Lepore, 2020) durante as décadas finais do século XVI. Considerando as potências modernas envolvidas na rivalidade com os ibéricos - a saber França, Países Baixos e Inglaterra -, observa-se que notar que, embora a historiografia pernambucana privilegie o domínio neerlandês (1630-1654), a incursão inglesa evidencia que o interesse estrangeiro por Pernambuco antecede a invasão de 1630, estando presente no final do século quinhentista.

Diante do cenário descrito, o artigo almeja responder ao seguinte questionamento: como um evento aparentemente isolado no litoral pernambucano pode ser compreendido como parte integrante de um conflito global entre impérios coloniais em formação? De modo a solucionar esse questionamento norteador, propõe-se como hipótese a ideia de que a incursão inglesa seria uma manifestação da Guerra Anglo-Espanhola na capitania de Pernambuco. Para demonstrar essa hipótese, o trabalho tem como objetivo geral analisar o ataque como uma manifestação direta da Guerra Anglo-Espanhola. Essa análise se desenvolverá através de três sessões específicas: contextualizar a guerra de corso como instrumento de política externa inglesa; caracterizar o Porto de Pernambuco enquanto alvo estratégico no Atlântico; e, por fim, estabelecer conexões entre o evento local e o conflito anglo-espanhol.

De modo a atingir os objetivos elencados acima, a metodologia deste artigo fundamenta-se na História Comparada, compreendida como o exame de realidades histórico-sociais distintas, porém permeadas por um mesmo fenômeno (Barros, 2007), que, neste caso, trata-se do corso inglês. A partir da

abordagem de comparações abrangentes proposta por Charles Tilly (1984), a qual consiste em analisar casos particulares a partir de sua inserção em uma estrutura mais ampla, selecionaram-se dois episódios representativos envolvidos no contexto da Guerra Anglo-Espanhola: a Batalha da Grande Armada, no cenário europeu, e o ataque ao Porto de Pernambuco, no contexto atlântico. Ao situar ambos em um sistema relacional mais amplo, busca-se demonstrar como eventos aparentemente desconexos adquirem significado integral quando compreendidos como manifestações de um mesmo conflito entre impérios coloniais em formação.

O trabalho possui como fontes documentais relatos de viagem editados por Richard Hakluyt², cujo projeto editorial buscou emular os feitos ibéricos na navegação (Rubiés, 2016). Para a análise do conflito anglo-hispânico no cenário europeu, recorre-se à obra *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*, na edição organizada por Jack Beeching. Já a reconstituição da ofensiva contra Pernambuco baseia-se nos registros presentes em *The Voyages of Sir James Lancaster to Brazil and the East Indies, 1591–1603*, volume no qual os relatos foram transcritos pelo historiador britânico Sir William Foster.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo possui três seções de resultados e discussão. Na seção “A guerra de corso como instrumento de poder da Coroa inglesa”, analisa-se o corso como estratégia de Estado da Inglaterra para contestar o poder ibérico durante a Guerra Anglo-Espanhola. Em seguida, “O porto desejado: entre a capitania e o Atlântico” reconstitui o ataque a Pernambuco, destacando a importância econômica do porto e os métodos da expedição de Lancaster. Ademais, a seção “A ofensiva como uma manifestação da Guerra Anglo-Espanhola na capitania de Pernambuco” examina conexões entre o ataque à capitania

² Conforme explica Clegg (1997), os relatos de viagem do período elisabetano, além de editados por Richard Hakluyt, estavam submetidos a um rígido controle régio. Apoiando-se em bases legais de censura, a Coroa buscava suprimir qualquer narrativa que não destacassem os feitos da monarca e de seus expedicionários ao redor do globo, considerando traição capital as críticas ao projeto expansionista. Tais aspectos devem orientar a leitura dos excertos dessas fontes neste artigo.

pernambucana e a Guerra Anglo-Espanhola, analisando em que medida a ofensiva pode ser interpretada como uma expressão desse conflito no espaço colonial.

2 A guerra de corso como instrumento de poder da Coroa inglesa

A análise dos acontecimentos políticos na Europa durante a década de 1580 revela particularidades de impérios coloniais em desenvolvimento. De tal modo, a união das coroas de Portugal e Espanha em torno de Filipe II a partir do estabelecimento da União Ibérica (1580-1640) figura como o ponto inicial dos processos estudados no presente artigo. Conforme explicado por Rafael Valladares (2024), o acordo estabelecia que cada coroa governaria separadamente o seu império correspondente, em uma tentativa de manter uma relativa separação jurídica e administrativa. Contudo, Daniel Strum (2012) analisa o cenário real que os reinos unificados precisaram enfrentar, no qual Portugal sofreu os efeitos da política externa do soberano Habsburgo.

Filipe II, por sua vez, teve a supremacia ibérica posta em risco pela emergência de novas potências que se organizaram internamente como monarquias unitárias para competir com o Império Espanhol, a saber Inglaterra e França (Novais, 1989). Aliado a isso, a insurreição nos Países Baixos contra a autoridade real provocou um temor no monarca ibérico de que seus inimigos, como os ingleses, poderiam se aproveitar da instabilidade provocada pelos revoltosos das Províncias Unidas. Tamanha preocupação demonstrou-se factível, uma vez que a Inglaterra apoiou as províncias enviando contingente militar para ajudá-las no enfrentamento às tropas filipinas durante a Guerra de Independência Neerlandesa (Hammer, 2003).

Nessa perspectiva, não demoraria muito para esse apoio sair da esfera indireta e seguir em direção a um conflito direto entre Espanha e Inglaterra, com desdobramentos no território europeu e atlântico. O primeiro constituiu a Guerra Anglo-espanhola, ao passo que o segundo manifestou-se a partir das incursões inglesas contra a costa da América portuguesa, sendo esta o elo mais frágil do sistema imperial castelhano, cuja defesa esteve relegada a uma

condição subalterna na escala de prioridades do governo de Madri, segundo Evaldo Cabral de Mello (2010). Com efeito, as possessões e rotas administradas pelos portugueses passaram a ser alvos de ingleses, franceses e neerlandeses. Boxer (1969) destaca que os lusitanos se queixavam de que os ataques aos seus domínios advinham da união dinástica.

Durante as décadas de 1580 e 1590, a Coroa inglesa envolveu-se em disputas em torno da conquista de territórios na América, monopolizada pelos ibéricos através do Tratado de Tordesilhas (1494). Conforme aponta Brunsman (2019), os últimos anos do reinado de Elizabeth I foram marcados pela guerra aberta entre Inglaterra e Espanha, em um conflito que foi influenciado por dimensões política, econômica e religiosa desses Estados modernos em formação. Trata-se de uma questão política porque a monarquia elizabetana tentou afirmar-se frente ao Império Habsburgo, como também havia a perspectiva de lucro com a captura de navios, atraindo investimento privado para o esforço de guerra com a incorporação dos corsários no conflito (Hammer, 2003). Para mais, cada um dos reinos enxergava o outro como herege, tendo em vista a identificação inglesa com o protestantismo e a forte defesa do catolicismo por parte do líder ibérico (Elliot, 2017). Nesse aspecto, o conflito político reunia em si também uma dimensão religiosa.

Como mencionado, o conflito da Inglaterra com o governante Habsburgo teve os corsários como principais agentes. Diante da insuficiência naval para enfrentar diretamente a Espanha, a monarquia elizabetana recorreu a esses sujeitos como instrumentos de sua política contra Filipe II e suas possessões na América, agora unificadas através da união peninsular (Brunsman, 2019). Sob esse viés, Paul E. J. Hammer (2003) concebe os corsários como elemento principal da estratégia beligerante de Elizabeth I. Ao autorizar e fomentar operações marítimas de saque e pilhagem, a rainha canalizou os interesses lucrativos da iniciativa privada para os objetivos de guerra, propiciando o desenvolvimento de mecanismo pelo qual se podia causar danos econômicos e políticos ao inimigo.

Dentro desse contexto, a historiografia atribui aos marinheiros que atuaram em prol dos interesses ingleses na Guerra Anglo-Espanhola a

nomenclatura de “cães do mar da rainha Elizabeth”³. A esse respeito, Brian Best (2021) aponta que esse grupo seria reconhecido internamente como corsários, ao passo que seriam compreendidos pelos espanhóis como piratas. Nessa perspectiva, é possível afirmar que os corsários são concebidos como “piratas que recebiam de seus soberanos cartas de corso, tendo liberdade para assaltar e aprisionar embarcações e povoações inimigas dos Estados pelo qual disponibilizavam seus serviços” (Rocha Neto, 2009, p. 14). Assim, é notável a diferença sutil entre essas categorias de navegantes modernos.

Para Hammer (2003), a Inglaterra estava efetivamente em guerra com a Espanha em setembro de 1585. Nessa perspectiva, a estratégia da rainha inglesa e seus conselheiros pode ser resumida em duas frentes: a primeira, a partir de incursões corsárias em território europeu e, simultaneamente, por meio de expedições no Atlântico. Nesse primeiro grupo de embates, é pertinente suscitar a ofensiva liderada por Francis Drake rumo à América espanhola, a qual resultou na pilhagem das regiões portuárias de São Domingo e Cartagena. Depois de reunir as riquezas dessas cidades, Drake e seus marinheiros seguiram rumo ao norte, em direção ao assentamento inglês de Roanoke. Mesmo diante do fornecimento de suprimentos para os assentados, muitos deles retornaram para a Inglaterra nos navios de Drake.

Apesar da expedição não ter sido demasiadamente lucrativa, pois a rainha e outros investidores recuperaram cerca de 75% de seus custos (Hammer, 2003, p. 131), a mesma possui um alto valor simbólico a partir do dano provocado à honra espanhola. A reação do monarca ibérico foi proporcional à ameaça percebida. Conforme observa o especialista na história do período Tudor, Filipe II reconheceu que “o custo financeiro deste e de futuros ataques ao Caribe seria pesado, mas o custo para sua autoridade real, se ele não contivesse a agressão inglesa, seria ainda maior” (Hammer, 2003, p. 132, tradução nossa⁴). Diante desse cálculo político, sua resposta teve como alvo a raiz do problema, mirando a própria Inglaterra.

³ Em inglês, a expressão é “Elizabeth’s sea dogs”.

⁴ No original: “the financial cost of this and future raids on the Caribbean would be heavy, but the cost to his royal authority if he failed to stem English aggression would be even greater.”.

A partir de 1587, o conflito intensificou-se dos dois lados. Os corsários ingleses, em uma afronta direta, atacaram o Porto de Cádiz. Como resposta, o rei ibérico aumentou a pressão sobre as exportações inglesas, que impedidas de fazerem comércio com os ibéricos e, graças à pressão diplomática espanhola, também não poderiam acessar os portos de França, Flandres e Hamburgo (Hammer, 2003). Isto posto, o acirramento do conflito encaminhava-se para um confronto direto, manifestando-se na batalha da Grande Armada (1588).

De acordo com Emanuel van Meteren, historiador flamengo e cônsul dos Países Baixos em Londres, os espanhóis enxergavam nesse combate uma oportunidade de vencer os seus inimigos ingleses e neerlandeses de uma vez só. O flamengo aponta que Filipe II e seus conselheiros planejavam invadir primeiro a Inglaterra, com a ideia de que a ilha seria mais fácil de conquistar do que a Holanda. A partir do embate direto no Canal da Mancha, a frota inglesa subjugada pelos peninsulares forneceria desafios para a marinha espanhola. Nesse sentido, ficou estabelecido que a frota inglesa seria dividida em quatro esquadrões, sendo o principal comandado pelo lorde Howard de Effingham (Beeching, 1972). Os demais seriam comandados por corsários já mencionados, a saber, Francis Drake e o capitão John Hawkings. A quarta e última esquadra seria comandada por Martin Frobisher (Martin; Parker, 2022).

Nessa perspectiva, uma das estratégias utilizadas pela guerra de corso inglesa contra a frota espanhola consistiu no envio de navios incendiários contra a frota inimiga, conforme consta no trecho a seguir:

Quando a frota espanhola estava ancorada diante de Calais, o Lorde Almirante da Inglaterra imediatamente tomou oito de seus piores e mais inferiores navios que estavam mais à mão e, desobrigando-os de todas as coisas que pareciam ter qualquer valor, encheu-os de pólvora, piche, enxofre e com outra matéria combustível e inflamável; e carregando toda a sua artilharia com pólvora, balas e pedras, enviou os referidos navios no dia 28 de julho, sendo domingo, por volta das duas horas depois da meia-noite, com o vento e a maré contra a frota espanhola: os quais, tendo sido abandonados pelos pilotos e incendiados, foram diretamente conduzidos para a armada do Rei da Espanha: este incêndio, no meio da noite, lançou os espanhóis em tal perplexidade e horror que, cortando os cabos aos quais as suas âncoras estavam presas, e içando as velas, fugiram

muito confusamente para o mar alto (Beeching, 1972, p. 322, tradução nossa⁵).

Esse episódio sintetiza a estratégia inglesa da guerra de corso e o dano político contra a honra espanhola. Nessa perspectiva, mesmo diante de recursos limitados, que no trecho constam como os navios em pior estado disponíveis na tripulação, os corsários foram capazes de infligir danos consideráveis à frota espanhola, que era numericamente superior. De acordo com Geoffrey Plank (2020), a técnica utilizada nesse ataque foi a dos navios incendiários, os quais consistiam em embarcações menores carregadas com materiais inflamáveis que eram lançadas contra tripulação inimiga. Diante de tal técnica de guerra, a Armada tentou se reagrupar, mas foi perseguida pelos elisabetanos e acabou naufragando ao longo da costa da Irlanda (Martin; Parker, 2022). Para além da perda dos navios, a partir desse evento, consolidou-se o poderio naval inglês e o início do declínio da hegemonia espanhola no Atlântico.

Um pouco depois que a frota castelhana partiu em retirada, informa o cônsul neerlandês, houve um festival aberto ao público, tanto na Inglaterra quanto nos Países Baixos, para celebrar a batalha vitoriosa. Nesse contexto, a rainha Elizabeth colheu os frutos políticos desse processo, participando de um desfile entrando triunfalmente em Londres, onde os estandartes e bandeiras dos espanhóis vencidos pendiam expostos. Contudo, mesmo com essa primeira vitória, o conflito ainda estava longe do fim. De certo modo, a rainha e seu conselho estavam aliviados que a pior parte da disputa havia acabado, uma vez que boa parte do tesouro inglês foi despendido no embate, tendo sido gastos 400 mil libras entre 1587 e 1588 (Hammer, 2003, p. 153). Assim, a

⁵ No original: "Whenas therefore the Spanish fleet rode at anchor before Calais, the Lord Admiral of England took forthwith eight of his worst and basest ships which came next to hand, and disburdening them of all things which seemed to be of any value, filled them with gunpowder, pitch, brimstone, and with other combustible and fiery matter; and charging all their ordnance with powder, bullets, and stones, he sent the said ships upon the 28 of July being Sunday, about two of the clock after midnight, with the wind and tide against the Spanish fleet: which being forsaken of the pilots and set on fire, were directly carried upon the King of Spain's navy: which fire in the dead of the night put the Spaniards into such a perplexity and horror that cutting their cables whereon their anchors were fastened, and hoisting up their sails, they betook themselves very confusedly unto the main sea".

guerra na Europa trouxe uma vantagem para os ingleses no final da década de 1580, porém as expedições no Atlântico não findaram. O ataque ao Porto de Pernambuco foi uma delas. Dessa forma, esse evento pontual situa-se no contexto da Guerra Anglo-Espanhola, que teria fim apenas após a morte da monarca, em 1604 (Elliot, 2017).

3 O porto desejado: entre a capitania e o Atlântico

Dirigimo-nos então para o nosso desejado porto de Fernambuck, e progredimos de tal forma que por volta da meia-noite chegamos diante do ancoradouro. (Foster, 2016, p. 74-75, tradução nossa⁶)

Um mosqueteiro anônimo que fez parte da tripulação de James Lancaster na ofensiva contra o Porto de Pernambuco relatou a saída dos navegantes da baía de Plymouth, na Inglaterra, em outubro de 1594. Tendo sobrevivido aos ataques de embarcações espanholas no Atlântico, a tripulação deparou-se com uma região portuária em seu estágio inicial de desenvolvimento, mas que já concentrava uma parte considerável das riquezas produzidas na capitania e arredores, como açúcar e pau-brasil, sendo, desde o século XVI, o ancoradouro que vinculou a colonização de Pernambuco ao mundo Atlântico (Dias, 2018, p. 260).

Em comparação com os portos europeus de grande porte, como o de Amsterdam e Antuérpia, que eram capazes de abrigar simultaneamente mais de mil embarcações e sustentarem complexas redes comerciais de alcance global durante o período colonial (Nascimento, 2011), o Porto de Pernambuco possuía uma escala física e um volume comercial consideravelmente menores. Ainda assim, o ancoradouro foi inserido por Thiago Dias e Marcos Micheli na categoria de porto atlântico. Nesse aspecto, tal classificação designa uma ancoragem com conexão direta com o oceano, dotada de águas com profundidade adequada para a navegação de grandes embarcações e capacidade de garantir um desembarque seguro (Dias; Micheli, 2020, p. 31). Esse grupo abarca zonas portuárias com navegação

⁶ No original: "we plied still to our desired port of Fernambuck, and did so much that about midnight we came before the harbour".

direta rumo à Europa ou África, além do estabelecimento de conexões entre os demais portos continentais das possessões lusitanas na colônia.

Tal categoria contrasta com a de porto continental, a qual denomina as regiões onde pequenas e médias embarcações ancoravam ao longo da porção continental da América portuguesa. Sob essa lógica, a região dos arrecifes recebia mercadorias oriundas das capitanias do Norte do Estado do Brasil, para, então, seguirem à Europa. Em sentido inverso, mas ainda segundo a lógica do regime dos portos atlânticos, chegavam ao porto mercadorias advindas do Velho Mundo, as quais seriam desembarcadas e transferidas para pequenas embarcações rumo ao continente (Dias; Micheli, 2020).

A partir dessa contextualização acerca da relevância do Porto de Pernambuco para o cenário local e internacional, o narrador que escreveu o trecho que introduz esta seção do artigo narra que o capitão James Lancaster, - com os navios *Consent*, *Salomon* e *Virgin* seguros no destino -, ordenou aos seus homens para que preparassem um grupo armado para segui-lo. As suas intenções na preparação para o ataque durante a madrugada foram detalhadas da seguinte maneira:

O nosso almirante passou a noite toda dando ordens a cada navio para que seus homens estivessem prontos, embarcados nos botes, pois pretendia entrar no porto ao amanhecer e deixar os seus navios do lado de fora até ter tomado o forte e a cidade; ele não arriscaria os navios antes que o porto estivesse conquistado (Foster, 2016, p. 75, tradução nossa⁷).

A julgar pela cronologia do ataque em 1595, a edificação a qual o cronista se refere diz respeito ao Fortim de São Jorge, erguido a pedido realizado em 1578 pelo Provedor-mor de Pernambuco, Cristóvão de Barros, sob a justificativa de que era necessário incrementar a defesa do porto atlântico pernambucano (Albuquerque; Lucena; Walmsley, 1999). Em face da circulação de mercadorias de valor elevado no ancoradouro e também pela

⁷ No original: "Our admiral spent all the night in giving directions to every ship to have their men ready shipped in their boats, for he intended to enter the harborow at the breake of day, and to leave his ships without till he had gotten the fort and the towne; for he would not adventure the ships in till the harborow was gotten."

guerra na qual os entes ibéricos estavam inseridos, a fortificação da região mostrava-se fundamental para garantir a segurança das mercadorias exportadas e importadas, bem como dos indivíduos responsáveis pela administração da capitania, situados na Vila de Olinda, localidade próxima à área sob ataque.

De volta à versão do primeiro dia da ofensiva, sob a perspectiva de um mosqueteiro da tripulação de Lancaster, os invasores precisaram lidar com o contratempo natural da tábula das marés. Devido à maré baixa, a frota não seguiu o planejamento do almirante de atacar após o amanhecer. Diante disso, os invasores ficaram expostos ao contra-ataque da defesa local até às duas horas da tarde, quando a maré finalmente encheu e o almirante adentrou o porto com a sua galé, sendo seguido pelos demais.

Em resposta ao avanço inglês, os habitantes da principal região portuária da capitania de Pernambuco se organizaram em pelo menos 600 homens, conforme estimativas de um tripulante (Roberts, 2016, p. 75). O seu ataque partiu da artilharia organizada no Castelo da Terra, mirando baixo nos ingleses desembarcando diante deles. De acordo com o relato anônimo, muitos dos tiros proferidos foram enterrados na areia, provocando um ferimento no braço de um dos tripulantes. Aqui, cabe pontuar que a testemunha admite que, se os canhões estivessem nivelados, uma parte considerável deles seria abatida. Todavia, em face da incipiente defesa do porto, o capitão encorajou os seus subordinados proferindo palavras de apoio “Sobre eles, sobre eles! Tudo (com a ajuda de Deus) é nosso!” (Foster, 2016, p. 76, tradução nossa⁸). Diante dessa resolução do comandante, as companhias de homens que deveriam impedir o desembarque estrangeiro começaram a recuar, até que abandonaram o forte, deixando-o sob o controle dos ingleses.

O primeiro dia da ofensiva findou-se a partir da descoberta de produtos lucrativos no cenário da economia colonial no fim do século XVI, como também com o estabelecimento de regras para lidar com essas *commodities*:

⁸ No original: “Upon them, upon them; all (by Gods helpe) is ours”.

A cidade baixa, com mais de cem casas, tendo sido assim tomada, encontramos nela grande quantidade de mercadorias de todos os tipos, como pau-brasil, açúcares, tecidos de algodão, pimenta, canela, cravo-da-índia, macis, noz-moscada, com vários outros bons artigos, para grande consolo de todos nós. O almirante percorreu a cidade e posicionou na extremidade sul o Capitão Venner e sua companhia, ele próprio e sua companhia no meio da cidade, e o Capitão Barker e o Capitão Addy na outra extremidade; dando ordens rigorosas de que nenhum homem, sob pena de severo castigo e perda de sua parte do saque, deveria arrombar ou entrar em qualquer armazém, sem ordem e direção do almirante (Foster, 2016, p. 76, tradução nossa⁹).

Analisando os itens do trecho na ordem em que aparecem, percebe-se especialmente na pilhagem de açúcar e pau-brasil uma demonstração das riquezas presentes na capitania de Pernambuco, as quais concentravam-se em seu principal porto. Nessa lógica, o comércio sacarino estava em alta no final do século XVI, com Pernambuco¹⁰ sendo o principal exportador de açúcar nesse período (Acioli, 2022). No recorte da segunda metade do período quinhentista, houve um considerável aumento do número de engenhos na capitania (Schwartz, 1999; Mello, 2012), fator que se relaciona à importância do ancoradouro sob ataque, uma vez que concentraria as exportações da maior parte da produção oriunda dessas localidades. Além disso, a extração de madeira também merece destaque na análise, a partir do argumento de Thiago Dias (2018) a respeito da qualidade do pau-brasil produzido em terras pernambucanas. Mesmo associado ao início da colonização portuguesa, Cameron Dodge (2018) salienta que a cultura desse

⁹ No original: "The base towne, of above an hundred houses, being thus taken, we found in it great store of merchandizes of all sorts, as brasil-wood, sugars, calico-cloth, pepper, cynamon, cloves, mase, nutmegs, with divers other good things, to the great comfort of us all. The admirall went up and downe the towne, and placed at the south end of the same Captaine Venner and his company, himselfe and his company in the midst of the towne, and Captaine Barker and Captaine Addy at the other end of the towne; giving great charge that no man, upon paine of great punishment and losse of his shares, should breake up or enter into any warehouse, without order and direction from the admirall."

¹⁰ Apesar da importância econômica da capitania de Pernambuco, é necessário considerar que esta se aplica à realidade local das possessões portuguesas na América, ressaltando as realidades econômicas distintas das possessões ibéricas no território americano. Durante o século XVI, o ciclo da prata na América espanhola foi economicamente mais importante, haja vista que a o açúcar e o pau-brasil da América portuguesa, embora lucrativos, não poderiam competir com o ciclo minerador espanhol que se tornou a principal fonte de metais preciosos para a Europa (Flynn, 2016).

produto se fez presente ao longo de todo o século XVI e XVII mediante a interiorização da exploração madeireira e a reorganização da cadeia produtiva para dinamizar o transporte entre os extratores, transportadores fluviais e os feitores.

Ademais, o comando do almirante Lancaster, proibindo o saque individual sob pena de “perda de sua parte do saque”, corporiza a essência do corso como instituição da guerra marítima moderna. Conforme demonstra Kenneth Andrews (1984), a disciplina imposta no decorrer da ofensiva está relacionada à atividade de empresas de capitais acionistas¹¹, financiada por entes privados que esperavam um retorno pelo seu investimento. Dessa forma, a expedição comandada por Lancaster fora patrocinada por Thomas Cordell, então prefeito de Londres, e John Watts, vereador da mesma cidade (Hue; França, 2014, p. 70).

Nas expedições da guerra, tanto em território europeu quanto americano, a marinha real inglesa era dominada por interesses privados concentrados no corso, uma vez que a Coroa não possuía capacidade financeira para sustentar sozinha uma guerra naval prolongada. Nessa perspectiva, a solução foi incorporar os interesses privados aos esforços de guerra oficiais (Andrews, 1984). Assim, o verdadeiro valor do butim não residia em pequenos objetos que um pirata poderia esconder, mas nas mercadorias a granel encontradas nos armazéns, as quais seriam vendidas na Europa e o lucro, após a retirada da parte da Coroa, seria dividido entre a tripulação (Brunsman, 2019).

Combinando o argumento de Kenneth R. Andrews com o elaborado por Luís Filipe F. R. Thomaz, evidencia-se que a expansão inglesa contou com o mesmo início da expansão marítima portuguesa entre os séculos XV e XVI. No caso lusitano, entre os anos de 1415 a 1422, o monarca D. Henrique

¹¹ O termo original em inglês usado por Kenneth Andrews é “*joint-stock enterprise*” (Andrews, 1984, p. 237). No contexto deste artigo, refere-se a empreendimentos marítimos (em grande parte corsários) organizados como sociedades de capital temporário, nas quais investidores empenhavam ações para financiar expedições específicas, compartilhando seus custos e lucros. Desse modo, diferencia-se das companhias de comércio de estrutura perene, funcionando como um mecanismo de capital de risco para operações militares e de saque.

fomentou os serviços de uma armada corsária contra a navegação muçulmana na península ibérica e norte da África (Thomaz, 1994, p. 30). Por este ângulo, cerca de um século depois, pode-se afirmar que os primeiros passos da expansão ultramarina da Inglaterra foram análogos ao ímpeto expansionista português, no qual a estratégia do curso e a participação da nobreza foram cruciais para dar início à conquista de rotas marítimas.

No trigésimo primeiro e último dia da ocupação inglesa do porto de Recife, a expedição corsária, já com seus navios totalmente carregados de mercadorias de alto valor, preparava-se para a partida. O almirante, avistando movimentos suspeitos de tropas luso-pernambucanas, autorizou uma investida defensiva, sob estrita ordem de limitar sua ação àquele ponto e retornar imediatamente. No entanto, os capitães desrespeitaram o comando e perseguiram o inimigo em retirada por quase uma milha, afastando-se da cobertura da poderosa artilharia naval. Esta manobra imprudente resultou em uma emboscada, onde as forças locais, aproveitando-se do terreno e da quebra da formação adversária, infligiram uma severa derrota aos ingleses, culminando na morte de 35 homens (Foster, 2016).

Apesar do abatimento da tripulação, a qual perdeu membros importantes para o comando, como o vice-almirante da expedição Edmund Barker (Foster, 2016, p. 85), Lancaster ordenou a partida ainda naquela noite, aproveitando as boas condições do vento para zarpar com sucesso e pôr fim a uma ocupação de um mês. Embora tenha enfrentado um contratempo final, essa empreitada foi considerada um êxito material pela vasta carga pilhada, com o valor estimado de 50 mil libras esterlinas (Hue; França, 2014, p. 70).

4 A ofensiva como uma manifestação da Guerra Anglo-Espanhola na capitania de Pernambuco

Se a seção anterior detalhou como o ataque ocorreu, esta se dedicará demonstrar por que a incursão faz parte do sistema de guerra de curso inglês.

Para tal, a ofensiva contra o porto pernambucano precisa ser compreendida não como um evento aleatório, mas sim que as características do evento local são resultado de sua posição e de seu relacionamento com um sistema (Tilly, 1984), que nesse caso é a Guerra Anglo-Espanhola. Diante dessa perspectiva metodológica, os parágrafos seguintes apresentam as particularidades da ofensiva que podem ser relacionadas com a perspectiva macro do conflito entre Inglaterra e Espanha.

A investida inglesa contra Pernambuco ganha novos contornos quando analisada pela perspectiva da história global, defendida por Sebastian Conrad, na qual uma nação “não se desenvolve isoladamente e só pode ser entendida através de suas interações com outras” (Conrad, 2019, p. 85). Com efeito, a dimensão relacional do ataque fica evidente através da frequente apreensão, por parte de corsários ingleses, das naus que partiram de Pernambuco rumo a Lisboa carregadas de mercadorias valiosas durante os anos iniciais da Guerra Anglo-Espanhola. Nesse sentido, no período entre 1588 e 1591, trinta e quatro dessas embarcações foram capturadas por navios elisabetanos (França, Hue, 2014, p. 49). Mais do que o lucro proveniente da apreensão de mercadorias, essas pilhagens também forneceram aos ingleses acesso a informações a respeito das riquezas da colônia ibérica, presentes em manuscritos portugueses e espanhóis.

A partir dessa troca de informações, os ingleses partiram em direção ao território cientes das riquezas que poderiam encontrar. Os relatos e documentos ibéricos apreendidos nas pilhagens marítimas eram repletos de descrições detalhadas sobre a opulência de suas colônias. Entre esses escritos, consta publicado na terceira edição de “*The Principal Navigations*” um relato do mercador português Lopez Vaz destacando que Pernambuco figurava como a mais importante região de toda aquela costa, repleta de engenhos sacarinos, pau-brasil e algodão (Lopez Vaz, 1600, p. 787). Aqui cabe retomar que esses produtos citados foram as principais *commodities* roubadas na ofensiva contra o Porto de Pernambuco.

A primeira característica do evento sob análise diz respeito à biografia do almirante James Lancaster, o qual nasceu na Inglaterra, porém passou um

período da infância e vida adulta em Portugal, onde fez parte de um grupo de mercadores ingleses em Lisboa, a *Spanish Company*. Enquanto atuava em atividades comerciais na península ibérica, Lancaster teve seus bens confiscados em 1585, como forma de retaliação da monarquia ibérica aos ingleses radicados na península. Assim, o antigo comerciante retorna a sua terra de origem para servir como um corsário (França; Hue, 2014). A partir disso, a sua trajetória coincide com os interesses da governante de sua terra de origem, em guerra com os espanhóis, uma vez que ele atuou na batalha da Grande Armada e em outras expedições ao redor do globo.

Cabe ainda mencionar que a trajetória de Lancaster consta nos relatos sobre a conquista momentânea do porto pernambucano, quando um membro de sua tripulação registrou os seguintes dizeres do capitão inglês:

Senhores, fui criado entre essa gente: vivi entre eles como um cavalheiro, servi com eles como soldado e vivi entre eles como mercador; portanto, devo entender um pouco de seus modos e natureza. E sei que, quando não podem prevalecer pela força da espada, recorrem às suas línguas enganosas; pois não têm fé nem verdade, e não as usarão a não ser para proveito próprio. [...] E, por minha parte, de todas as nações do mundo, seria mais doloroso para mim ser enganado por essa gente e pelos espanhóis (Foster, 2016, p. 79-80, tradução nossa¹²).

Diante disso, o discurso de James Lancaster pode ser interpretado como um reflexo de suas experiências pessoais e do contexto histórico em que estava inserido. Ao afirmar que viveu entre seus inimigos como cavalheiro, soldado e mercador, o corsário constrói uma narrativa de autoridade e conhecimento íntimo sobre os ibéricos. Além disso, quando ele se refere a “essa gente e os espanhóis”, revela-se um alto grau de insatisfação com os peninsulares, o qual foi estendido para a invasão e saque do seu principal centro econômico na América portuguesa.

¹² No original: “Sirs, I have bene brought up among this people: I have lived among them as a gentleman, served with them as a souldier, and lived among them as a merchant; so that I should have some understanding of their demeanors and nature, and I know, when they cannot prevaile with the sword by force, then they deale with their deceiveable tongues; for faith and trueth they have none, neither will use any, unlesse it be to their owne advantage. [...] and for my part, of all nations in the world it would grieve me most to be overtaken by this nation and the Spaniards”.

Conforme citado previamente, a técnica utilizada pelos corsários ingleses na batalha de 1588 para vencer a frota espanhola ocorreu por meio da utilização dos navios incendiários. Nesse sentido, a incursão contra a capitania de Pernambuco também apresentou uma estratégia de ataque, com sua demonstração mais notável sendo no método de desembarque no porto: Lancaster planejou lançar uma embarcação violentamente contra a praia, bem aos pés do Fortim de São Jorge, de forma que ela naufragasse, livrando-se de um de suas embarcações para causar prejuízos aos responsáveis pela defesa do território. Isso permitiu que os oitenta soldados desembarcassem imediatamente e em alta velocidade para atacar a posição portuguesa, que contava com setes canhões e uma força muito superior, estimada em seiscentos ou mil homens (França; Hue, 2014, p. 57). A tática de desembarque rápido e direto resultou na célere conquista do fortim. Assim como ocorreu na batalha da década de 1580, os ingleses, em menor número, foram capazes de causar danos significativos às possessões ibéricas.

No mesmo episódio do desembarque, uma fala do almirante Lancaster demonstra a concepção religiosa que fez parte do conflito político estudado. Por esse ângulo, as palavras de incentivo proferidas para a sua tripulação "'Sobre eles, sobre eles! Tudo (com a ajuda de Deus) é nosso!'" (Foster, 2016, p. 75-76, tradução nossa¹³) revelam uma interpretação de um sinal de favorecimento divino aos invasores, beneficiados pela defesa ineficaz dos locais ao falharem em posicionar os canhões do Forte de São Jorge contra eles. Depois, o imperativo "sobre eles" aponta para o militarismo, desenvolvido desde a batalha da Grande Armada de 1588, seguido da eleição divina anglicana e, sobretudo, o suposto direito de conquista daquele território através da enunciação de que tudo aquilo poderia ser deles, mesmo que o controle sobre a região referida tenha durado apenas um mês.

Para mais, de modo semelhante ao que ocorreu na Batalha da Grande Armada, quando os comandantes das quatro esquadrias inglesas se dividiram para descentralizar o ataque, a investida contra a região dos arrecifes de

¹³ No original: "Upon them, upon them; all (by Gods helpe) is ours".

mesmo modo se organizou para distribuir os seus comandantes no porto. Dessa forma, como James Lancaster não poderia vigiar a região sozinho, por isso concentrou-se ao centro da região portuária, ao passo que o vice comandante, capitão Edmund Barker, foi designado para controlar a região norte e o capitão Venner a região sul (Foster, 2016, p. 77).

Uma outra particularidade diz respeito às motivações da incursão de 1595. Enquanto os motivos da Inglaterra na batalha de 1588 eram primariamente políticos e defensivos, focadas em neutralizar a ameaça espanhola e garantir a segurança do reino (Andrews, 1984), o trabalho argumenta que a frota inglesa partiu em direção ao Porto de Pernambuco com o intuito de conquistar mercadorias valiosas para o cenário europeu produzidas na Nova Lusitânia, trazendo para a América portuguesa um conflito que teve início na Europa. Assim, é possível conceber a incursão contra Pernambuco dentro do sistema de conflito entre os ingleses e os ibéricos a partir da perspectiva comparativa abrangente (Tilly, 1984). Em ambos os casos, está presente o ímpeto nacionalista inglês para rivalizar o monopólio ibérico no Atlântico (Rubiés, 2016).

Ciente do fato de que apenas o recorte cronológico da pesquisa não seria suficiente para comprovar a sua hipótese, as particularidades da incursão corsária contra o Porto de Pernambuco corroboram com a perspectiva de que esta se trata de um capítulo da Guerra Anglo-Espanhola na América Portuguesa. Desde a organização interna do ataque até as motivações dos entes históricos que lhe conferem significado, percebe-se que este se insere na lógica das expedições que recebiam licença real para atacar os inimigos da Coroa (Rocha Neto, 2009). Desse modo, a história da capitania pernambucana durante o século XVI conecta-se diretamente ao cenário global descrito por Charles Boxer (1969) e Fernando Novais (1989), no qual a emergência das novas potências, com a Inglaterra à frente, desafiou a hegemonia ibérica, adentrando em um cenário de competição na Europa e no ultramar com o Império Espanhol. Nesse novo mapa geopolítico forjado pela união dinástica, como bem destacou Boxer, as rotas e territórios lusitanos, incluindo Pernambuco, tornaram-se alvos legítimos para ingleses,

transformando a colônia em um palco da disputa pelo domínio do mundo atlântico.

5 Considerações finais

Conforme apresentado, este artigo dedicou-se a investigar o ataque corsário inglês contra o Porto de Pernambuco, comandado por James Lancaster, inserindo-o no contexto da Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604). Dessa maneira, a escolha desse evento justificou-se pela necessidade de compreender como episódios locais, comumente abordados de maneira isolada, integram-se a conflitos globais entre impérios modernos em desenvolvimento, enriquecendo a historiografia pernambucana ao evidenciar o interesse inglês pela capitania ainda durante o século XVI.

Quanto ao objetivo geral do artigo, que era analisar o ataque como uma manifestação direta da Guerra Anglo-Espanhola, o estudo procurou demonstrar que a incursão, longe de ser um ato de pirataria isolado, constituía uma ação corsária coordenada e o ataque foi dotado de uma dinâmica de organização interna que corrobora com essa visão, haja vista a ordem expressa do almirante para que os produtos pilhados fossem conservados para a partilha do lucro do butim na Europa.

No que diz respeito aos demais pontos do artigo, sua abordagem revelou diferentes nuances que envolvem o episódio estudado. Sob essa lógica, a contextualização do curso como política de Estado elucidou o marco estratégico que legitimou e fomentou a investida. Paralelamente, a caracterização do porto pernambucano exprime a sua centralidade econômica, fator que justifica a sua seleção como alvo. Por fim, a análise das características da incursão e dos sujeitos históricos envolvidos nela ratifica a inserção do episódio no sistema de relações do conflito anglo-espanhol, permitindo conectá-lo à dinâmica global.

Adicionalmente, considera-se válida a hipótese de que a investida inglesa seria uma manifestação da Guerra Anglo-Espanhola na capitania de Pernambuco. Tal afirmação é possível quando compreendido que o evento

de 1595 teve marcadores semelhantes a uma das batalhas mais emblemáticas do embate entre Inglaterra e Espanha, sob a tônica do empenho inglês de desafiar o domínio ibérico sobre a navegação e o comércio no Atlântico. Assim, a expedição revelou-se um capítulo significativo da disputa pelo domínio das rotas do Atlântico sul.

A opção pela História Comparada, sob a perspectiva de Charles Tilly, como lastro metodológico mostrou-se proveitosa ao permitir situar o episódio em Pernambuco dentro de um sistema complexo de guerras de corso, aproximando o evento em solo pernambucano com a batalha marítima no Canal da Mancha. Somado a isso, a análise dos relatos de viagem forneceu base empírica para remeter o leitor aos eventos da batalha da Grande Armada e do ataque ao atual Porto do Recife e, juntamente com a bibliografia especializada, foi possível analisar criticamente tais fontes documentais e incorporá-las no desenvolvimento dos argumentos presentes no artigo. Todavia, é sabido que a investigação carece de fontes ibéricas que registrem o episódio ocorrido em 1595, uma vez que a perspectiva dos defensores do território poderia ter enriquecido o estudo, não se limitando a uma perspectiva unilateral da documentação.

Para pesquisas futuras sobre essa temática, recomenda-se um olhar direcionado para outros ataques corsários ingleses contra a América portuguesa, permitindo uma análise comparativa mais robusta através da identificação de mais padrões nas ações dos entes históricos envolvidos nesses eventos. Um outro ponto de vista que pode ser explorado consiste no investimento em estudos que explorem a repercussão do ataque de Lancaster nas estratégias defensivas luso-espanholas no Atlântico Sul, lançando luz sobre as respostas ibéricas à ameaça corsária. O trabalho de pesquisa nos repositórios ingleses, espanhóis e portugueses também se mostra um caminho a ser percorrido para descobrir novas fontes que tratem da expedição, aperfeiçoando ainda mais o entendimento sobre esse episódio da história moderna.

Referências

ACIOLI, Gustavo. Early Globalization in a corner of the Atlantic: Recife and the global Atlantic Economy (from the Sixteenth to the Eighteenth centuries). In: MOTA, Maria Sarita; ATALLAH, Cláudia C. Azeredo; DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa (org.). *Portuguese Colonial Cities: local dynamics, global flows (c.1500-1900)*. 1. Ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022. p. 333-354.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veléda; WALMSLEY, Doris. *Fortes de Pernambuco: Imagens do passado e do presente*. 1 Ed. Recife: Graftorre, 1999, 204 p.

ANDREWS, Kenneth. *Trade, plunder and settlement Maritime enterprise and the genesis of the British Empire, 1480-1630*. 1. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, 420 p.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*, v. 1, Rio de Janeiro, 2007, 30 p.

BEECHING, Jack (Ed.) *The Principal Navigations Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*. 1. Ed. Middlesex: Penguin Books, 1972, 456 p.

BEST, Brian. *Elizabeth's Sea Dogs and their War Against Spain*. 1. Ed. Philadelphia: Frontline Books, 2021, 240 p.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 420 p.

BRUNSMAN, Denver. Piratas vs. bandos de recrutamento: A batalha pelo Atlântico. *História*, v. 38, São Paulo, 2019, 16 p.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português (1415 - 1825)*. 1. Ed. Lisboa: Edições 70, 1969, 426 p.

CLEGG, Cyndia Susan. *Press Censorship in Elizabethan England*. 1. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, 316 p.

CONRAD, Sebastian. *O que é a história global?* 1. Ed. Lisboa: Edições 70, 2019, 310 p.

DIAS, Thiago. Para além das capitâneas: região colonial, espaço econômico e jurisdição política (séc. XVI-XVIII). *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 11, Cuiabá, 2018, 19 p.

DIAS, Thiago; MICHELI, Marco Volpini. *Portos coloniais: estudos de história portuária, comunidades marítimas e praças mercantis, séculos XVI-XIX*. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2020, 420 p.

DODGE, Cameron J. G. A Forgotten Century of Brazilwood: The Brazilwood Trade from the Mid-Sixteenth to Mid-Seventeenth Century. *e-Journal of Portuguese History* (e-JPH), v. 16, Leiden, 2018, 27 p.

ELLIOT, John H. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. 2. Ed., Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017, 511 p.

FLYNN, Dennis. Spanish American silver and world markets in the sixteenth century. *Economic Forum*, v. 10, n. 2, New York, 2016, 26 p.

FOSTER, Sir William (Ed.) *The Voyages of Sir James Lancaster to Brazil and the East Indies, 1591–1603*. 1. Ed. London: Routledge, 2016, 216 p.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. *Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral*. 1. Ed., São Paulo: Editora Globo, 2014, 193 p.

HAMMER, Paul E. J. *Elizabeth's wars: war, government, and society in Tudor England, 1544–1604*. 1. Ed., New York: Palgrave Macmillan, 2003, 339 p.

LEPORE, Jill. *Estas verdades: a história da formação dos Estados Unidos*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020, 1063 p.

LOPEZ VAZ. A difcourfe of the Weft Indies and South fea written by Lopez Vaz a Portugal, borne in the citie of Eluas, continued into the yere 1587. In: HAKLUYT, Richard. *Third and last volume of the voyages, navigations, traffiques, and discoveries of the English nation*. London: George Bilhop, 1600, p. 778-802.

MARTIN, Colin; PARKER, Geoffrey. *Armada: The Spanish Enterprise and England's deliverance in 1588*. 1. Ed. New Haven: Yale University Press, 2022, 999 p.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês*. 1. Ed., São Paulo: Penguin, 2010, 512 p.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana*. 1. Ed. São Paulo: Penguin, 2012, 216 p.

NASCIMENTO, Rômulo L. X. 'Entre os Rios e o Mar Aberto': Pernambuco, os Portos e o Atlântico no Brasil Holandês. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n. 29.2, Recife, 2011, 35 p.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5. Ed., São Paulo: Editora Hucitec, 1989, 210 p.

PLANK, Geoffrey. *Atlantic Wars: From the Fifteenth Century to the Age of Revolution*. 1. Ed. New York: Oxford University Press, 2020, 345 p.

ROCHA NETO, Nelson. *Piratas e Corsários na Idade Moderna*. 34 f. Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009.

RUBIÉS, Joan-Pau. From the 'History of Travayle' to the History of Travel Collections: The Rise of an Early Modern Genre. In: CAREY, Daniel; JOWITT, Claire. *Richard Hakluyt and Travel Writing in Early Modern Europe*. 1. Ed. New York: Routledge, 2016, p. 25-41.

STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. 1. Ed. Rio de Janeiro; Versal: São Paulo: Odebrecht, 2012, 568 p.

SCHWARTZ, Stuart. O Brasil Colonial, c. 1580-1750. As grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*, vol. II. São Paulo; Brasília: Edusp; Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, p. 339-421.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. 1. Ed. Lisboa: Difel, 1994, 778 p.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. 1. Ed. New York: Russell Sage Foundation, 1984, 188 p.

VALLADARES, Rafael. ¿Uma política compuesta? Portugueses y españoles de ultramar durante la Unión de Coronas, 1580-1640. In: BARRETO, Gleydi Sullón; SALDÍAS, Ignacio Chuecas. *Orbe português: identidades, trânsitos y vínculos Sociales en la diáspora portuguesa de la edad moderna*. 1. Ed. Lisboa: CHAM - Centro de Humanidades, 2024, p. 17-36.

ANEXO – Revista Utilizada como Modelo de Submissão

Este trabalho segue as diretrizes da revista Hydra, B1 pelo Qualis/CAPES 2013 a 2016, vinculada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), adaptadas à formatação de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Diretrizes para Autores

I – Das Inscrições

Art. 1º - A Revista HYDRA abre inscrições para submissão de textos nas seguintes seções: Dossiê Temático, Artigos Livres, Notas de Pesquisa, Resenhas e Entrevistas.

I - Dossiê Temático: o tema do Dossiê é escolhido semestralmente pela comissão, sendo levado a público, geralmente, nos meses de fevereiro e agosto. O texto deve conter entre 15 e 30 páginas.

II - Artigos Livres: a seção de Artigos Livres não possui tema pré-definido. O texto deve conter entre 10 e 20 páginas.

Artigos traduzidos podem ser aceitos tanto na seção Livre quanto Dossiê. Seus originais devem ter sido publicados nos últimos 5 anos e, junto ao envio da tradução, deve constar a autorização do autor original.

III - Notas de Pesquisa: a seção Notas de Pesquisa não possui tema pré-definido e tem como objetivo a divulgação de pesquisas em andamento. O texto deve conter entre 8 e 10 páginas.

IV - Resenhas: a seção de Resenhas não possui tema pré-definido. Os trabalhos apresentados serão avaliados pelo Conselho Editorial ou pareceristas externos, a depender da decisão dos membros da revista, e devem apresentar resenhas de publicações recentes (últimos 3 anos para nacionais e 5 anos para internacionais) de importância na área temática a que dizem respeito. Em caso de obras reeditadas e/ou ampliadas, deverá ser realizada uma resenha crítica. O texto deve conter entre 3 e 8 páginas.

V- Entrevista: De 3 a 7 perguntas, com entrevistados que se relacionem com o Dossiê Temático da edição que será publicada.

Art. 2º - As páginas referentes à bibliografia não são contabilizadas para admissão dos artigos em todas as seções da revista.

Art. 3º - As inscrições para todas as seções de publicação devem ser feitas online (via sistema OJS no site da revista) neste link: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/about/submissions>

II - Dos Trabalhos

Art. 1º. Serão aceitas contribuições na área de História ou em áreas de interesse das Humanidades, seja na forma de artigo científico ou de resenha bibliográfica. Não haverá custos financeiros ou cobrança de taxas para submissão, aceite, publicação e leitura dos respectivos artigos publicados na HYDRA.

Art. 2º. Os trabalhos apenas serão recebidos pelo Conselho Editorial e enviados para pareceristas, caso possuam os seguintes pré-requisitos:

I – Temas: os trabalhos deverão versar sobre qualquer tema relacionado à História ou a saberes adjacentes de interesse das Humanidades.

II – Autores: os trabalhos devem ser produzidos por autores com a seguinte formação mínima:

1. Dossiê: mestrandos
2. Artigos Livres: graduados
3. Notas de pesquisa: graduandos
4. Resenhas: graduandos
5. Entrevistas: graduandos

III – Publicação: os trabalhos a serem enviados para publicação deverão ser inéditos, não constando publicações destes em nenhuma outra revista científica ou livros, mesmo no prelo.

IV – Idiomas: os trabalhos deverão ser redigidos em Português, Espanhol ou Inglês.

V – Identidade: a identidade do autor, no momento de inscrição para publicação, será de conhecimento apenas do Conselho Editorial. No arquivo do texto submetido não devem constar quaisquer dados que indiquem quem é o autor do trabalho, a fim de garantir a idoneidade e a imparcialidade no processo de emissão de parecer. A autoria deverá ser retirada também das propriedades do Word.

Art. 3º. As normas para submissão de trabalhos são as seguintes:

I – os arquivos devem obedecer ao formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt).

II – os textos deverão ser formatados com a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm.

III – o espaçamento dado ao texto deverá ser de 1,5 cm entrelinhas. As citações longas (citações que tenha mais de três linhas), as notas, as referências e os resumos em língua vernácula e em língua estrangeira devem ser digitados em espaço simples.

IV – o recuo da primeira linha de cada parágrafo deverá ser 1,25 cm.

V – a fonte utilizada deve ser Century Gothic na cor preta, tamanho 12 para o texto e tamanho 10 para as citações longas e notas de rodapé (para as citações longas, deve-se observar o recuo de 4 cm da margem esquerda).

VI – no arquivo enviado, o texto deverá estar acompanhado de título (em maiúsculo, negrito e centralizado, letra tamanho 14 e espaçamento 1,5), de um resumo de parágrafo único (exceto para as resenhas) com no máximo 1300 caracteres (contando os espaços), e três palavras-chave separadas por ponto e vírgula, em negrito. Caso seja palavra estrangeira colocar em itálico. (Palavra-chave: Revista Hydra; Unifesp; Publicações Acadêmicas). Deve constar também o

título, resumo e palavras-chave em outra língua (dentre português, espanhol, inglês e francês).
Resumo e palavras-chaves com espaçamento simples.

VII - os subtítulos e subdivisões do texto, como por exemplo as referências bibliográficas ao final do texto, devem vir em negrito, com apenas a letra inicial maiúscula, não numerados, em fonte Century Gothic, tamanho 12, alinhamento justificado e espaçamento entre linhas simples.

VIII – não é necessário numerar as páginas.

IX – figuras, quadros, e/ou tabelas serão tratados como elementos e além de virem expostos no decorrer do texto devem ser enviados em arquivo TIF ou JPG, preferencialmente coloridos e em boa resolução (com no mínimo 600dpi) encaminhados separadamente, devidamente numerados, com títulos e referências de créditos. O texto não poderá ter mais que 8 (oito) elementos deste tipo.

X – qualquer que seja seu tipo, a identificação de cada elemento deve aparecer na parte inferior precedida da palavra Figura, Quadro, e/ou Tabela, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto em algarismos arábicos, do respectivo título (fonte Century Gothic, tamanho 10, negrito, espaçamento 1,5, centralizado junto com a imagem) e/ou legenda explicativa e da fonte, se necessário (em negrito, fonte Century Gothic, letra tamanho 10, centralizado e espaçamento simples).

XI – as legendas devem ser breves e claras, dispensando consulta ao texto e, ainda, devem ser inseridas o mais próximo possível do título a que se referem, em fonte Century Gothic, tamanho 10 e espaçamento simples.

XII – figuras, Quadros, e/ou Tabelas só serão aceitos se forem de domínio público ou com autorização do proprietário.

XIII – o autor poderá inserir hiperlinks nos locais apropriados de seu artigo, sem a utilização de < e >, seguido de data de acesso.

XIV – as notas de pé de página (em fonte Century Gothic, tamanho 10, justificado, espaço simples e sem recuo no início de cada uma delas), deverão ser numeradas sequencialmente (tamanho 10 e números arábicos sobrescritos), respeitando as seguintes orientação e sequência:

1. Para Livro:

No caso de um autor: SOBRENOME, Nome. *Título da obra*. Número da edição, Local de Publicação: Nome da Editora, Ano, página(s).

Para dois ou três autores: SOBRENOME DO PRIMEIRO AUTOR, Nome do primeiro autor; SOBRENOME DO SEGUNDO AUTOR, Nome do segundo autor. *Título da obra*. Número da edição, Local de Publicação: Nome da Editora, Ano, página(s).

Para mais de três autores: SOBRENOME DO PRIMEIRO AUTOR, Nome do primeiro autor. et al. *Título da obra*. Número da edição, Local de Publicação: Nome da Editora, Ano, página(s). Quando houver indicação explícita de responsabilidade pela obra em um todo: SOBRENOME DO PRIMEIRO AUTOR, Nome do primeiro autor (Org.). *Título da obra*. Número da edição, Local de Publicação: Nome da Editora, Ano, página(s).

2. Para Artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Nome do periódico*, Volume e/ou Número do periódico, Local de publicação, Ano da publicação, Número da(s) página(s).

3. Para monografias, dissertações e tese:

SOBRENOME, Nome. *Título do Trabalho*: subtítulo. Data de apresentação. Número de folhas ou volumes. Natureza do trabalho (titulação ou grau obtido). Departamento, Instituição, Local da instituição, ano.

4. Para fontes primárias (em especial, fontes de imprensa) sempre que possível, informar: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Nome do periódico*. Local de publicação, data de publicação, número da(s) página(s).

Parágrafo único: Não utilize os termos Op cit., Idem ou Ibidem nas notas de rodapé, deixando as referências bibliográficas sempre completas e repetidas. Deve-se indicar apenas uma nota-de-rodapé por oração caso haja mais de uma referência a ser citada.

XV – As citações de até três (3) linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações com mais de três (3) linhas devem ser em tamanho 10, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm e espaçamento entre linhas simples.

XVI – Termos em língua estrangeira devem sempre aparecer em itálico. Caso seja preciso destacar alguma palavra ou frase, empregar também o itálico.

XVII – Os grifos do autor devem vir destacados apenas em itálico.

XVIII – As citações em outras línguas devem ser traduzidas e o trecho original deve constar nas notas de rodapé.

XIX – Os subtítulos e subdivisões do texto devem vir em negrito, com apenas a letra inicial maiúscula, não numerados, em fonte Century Gothic, tamanho 12, alinhamento justificado e espaçamento entre linhas simples.

XX – As referências bibliográficas devem constar no final do artigo, listadas conforme as normas presentes acima utilizadas para as notas de rodapé, em fonte Century Gothic, tamanho 12, alinhamento justificado e espaçamento entre linhas simples.

XXI – O texto, com exceção do título centralizado, imagens e tabelas deverá ser todo justificado.

Considerações Finais

Este anexo tem como finalidade facilitar a avaliação do presente Trabalho de Conclusão de Curso, apresentando de maneira clara as diretrizes editoriais da revista acadêmica utilizada como modelo. Sua leitura deve ser feita em conjunto com o corpo principal do trabalho.

Referências

Seção “Diretrizes para Autores” da revista Hydra. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/about/submissions>. Acesso em 15 set. 2025.